



**Publicação
Preliminar**

DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA DAS REGIÕES BRASILEIRAS ESTADO DO ACRE

Equipe técnica:	Bernardo Medeiros, Danilo Coelho e Ana Clara Figueiredo (responsáveis técnicos – Acre); Helder Ferreira, Luseni Aquino, Maria Paula Santos, Milena Soares e Tatiana Silva (técnicos do Ipea), Angelina Parreiras, Karolina Armstrong, Milena Reis, Paloma Palmieri Alves, Ryanni Guimarães e Victoria Hoff da Cunha (bolsistas do Ipea)
Produto editorial:	Relatório Institucional
Cidade:	Brasília/DF
Editora:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano:	2023
Edição	1ª

O Ipea informa que este texto não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do projeto “Dinâmicas de criminalidade e políticas de segurança nas Regiões Brasileiras”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O esforço realizado teve como meta debater os principais aspectos da criminalidade nos Estados da Região Norte do país, trazendo para o debate o que a literatura tem a dizer sobre essas localidades que, por vezes, são lateralizadas no âmbito acadêmico. Assim, nas próximas páginas, têm-se um panorama geral do Estado do Acre, com atenção especial às dinâmicas de criminalidade da região.

A metodologia utilizada neste trabalho é o chamado método misto, exemplificado por Creswell e Plano Clark (2013). A metodologia mista de pesquisa utiliza-se da potencialidade dos métodos quantitativos e qualitativos para propiciar um melhor entendimento do problema da pesquisa, nesse caso: as dinâmicas de criminalidade no Acre. Nesse sentido, dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Brasileiro de Geografia foram analisados à luz de estudos empíricos. Dessa maneira, os dados gerais e as leituras se complementam, dando corpo a pesquisa e fornecendo um melhor entendimento dos fenômenos.

Para além dos dados estruturados aqui debatidos, entrevistas presenciais realizadas *in loco* com atores chave do sistema de justiça e segurança pública do Acre - incluindo Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público estadual - ajudaram a compor o alicerce fático sobre o qual as análises do presente trabalho se estruturam.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS.

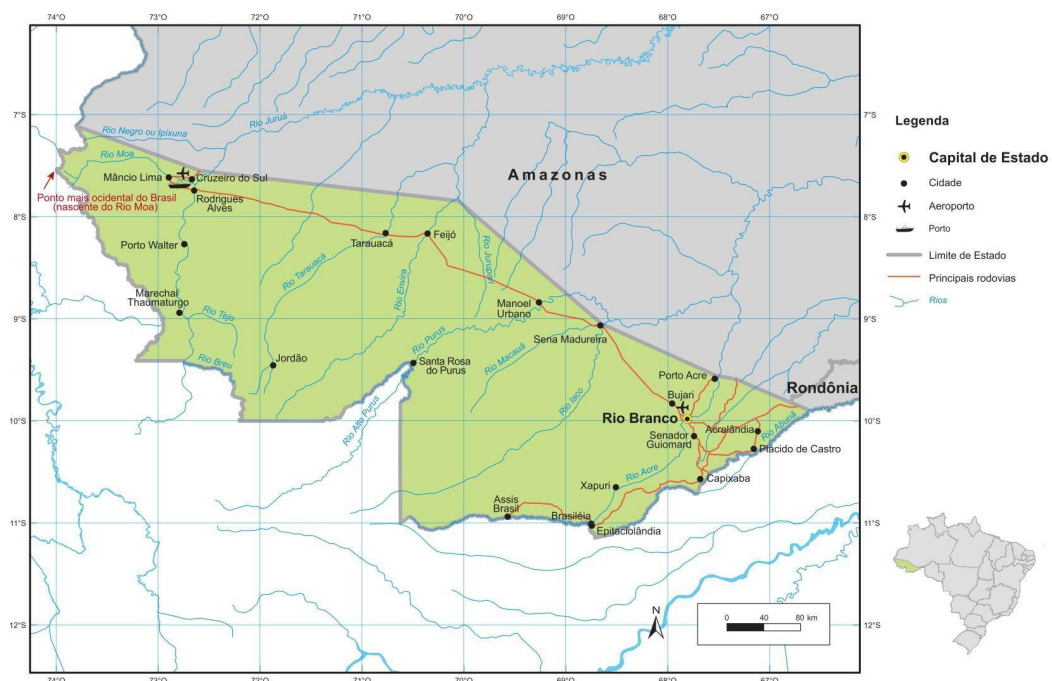
O Estado do Acre, fronteira com o Peru e a Bolívia, começou a pertencer ao território brasileiro em 17 de Novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado entre o governo brasileiro e o governo boliviano. Nesse tratado, que baseou-se em uma permuta, ficou definido que o Acre, já ocupado por seringueiros brasileiros, seria oficialmente anexado ao território brasileiro e, em troca, seria cedido à Bolívia as terras na foz do rio Abuña e na bacia do rio Paraguai, além de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas. Apenas em 15 de Junho de 1962, mais de 5 décadas depois, o Acre foi elevado à categoria de Estado, tendo como primeiro governador José Augusto de Araújo, eleito em Outubro do mesmo ano.

Anterior à assinatura do tratado, entre 1899 e 1909, o território acreano viveu disputas travadas entre bolivianos, peruanos e brasileiros que ali habitavam. Nesse período, a borracha estava em alta na economia mundial e, o Acre, por ser uma região rica em látex, acabava sendo foco de disputas. Esse mesmo fator também justifica o interesse do Brasil no território.

Atualmente, o Estado do Acre, localizado no sudoeste da região norte do país, possui 22 municípios e ocupa uma área de 164.173,431 km² (IBGE, 2021). Quanto à sua população, o censo 2010 contabilizou uma população de 733.559 pessoas e estima-se que atualmente a população do estado seja de 906.876 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano da região é de 0,66 (IBGE, 2010). Sabendo que o IDH reúne critérios de saúde, educação e renda, o Acre classifica-se como médio em termos de desenvolvimento.

Outro importante indicador é o GINI, que visa medir o grau de concentração de renda em determinada localidade. O GINI no Estado do Acre é de 0,54, próximo ao índice do Brasil de 0,52 (IBGE, 2021). Dentro desse cenário geral, a taxa de formalização da força de trabalho é de 45,5%, abaixo da média nacional de 59,9%. Quanto ao nível de instrução dos ocupados, 24,4% não possuem instrução ou fundamental completo, próximo à média nacional de 21%. O rendimento mensal domiciliar per capita no Acre encontra-se no valor de R\$ 1 038,00 (IBGE, 2022), próximo ao salário mínimo, que no ano de 2021 era R\$1.212,00. Quanto aos jovens, considerando as idades de 25 a 29 anos, 44,1% não estudam e nem trabalham, no território nacional essa média é consideravelmente inferior (29,4%).

Em termos territoriais, o estado faz fronteira internacional com a Bolívia (Sul) e o Peru (Oeste), bem como possui divisas estaduais com os estados de Rondônia (Leste) e Amazonas (Norte). Sua capital e município mais populoso é Rio Branco, seguido por Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Tarauacá respectivamente. A sua vegetação, que recobre todo o território, é a Amazônica. O Acre possui diversos rios que fazem parte da Hidrografia Amazônica. Os principais rios são: Juruá, Purus, Acre, Tarauacá, Muru, Embirá e Xapuri. Ainda, o estado compõe a Amazônia Legal junto ao Amapá (16 municípios), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Roraima (15), Rondônia (52) Tocantins (139) e parte do Maranhão (181 municípios, dos quais 21 foram parcialmente integrados).



MAPA 1: IBGE. Acre. Mapa Estadual. Acesso em 2022.

2. HOMICÍDIOS

Para o Ministério Público do Acre - em trabalho seminal, abrangente e periódico sobre os dados de segurança pública estadual em seu Anuário - os homicídios representam ”o limite da violência interpessoal” (MPAC, 2022)¹. Dessa maneira, esse indicador possibilita mensurar o nível de violência letal empregada em determinada região, por ser o resultado mais brutal possível dentro de determinado conflito. Assim, observar a sua variação no decorrer do tempo, seja pelo aumento ou pela diminuição, juntamente com uma análise da conjuntura do Estado no período, auxilia na compreensão do fenômeno complexo que é a violência criminal.

¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE. Anuário de Indicadores de Violência 2012-2021: Demonstrativo Histórico de Indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6 Edição. Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf> Acesso em: 13 de Agosto de 2022. Agradecemos em especial a Aldo Colombo Junior, Coordenador do Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre, pelos auxílios interpretativos e complementares sobre o material consolidado no Anuário.

Na tabela abaixo são apresentadas as taxas médias de homicídio para os anos de 2018 a 2020 no Acre, por município. Durante esse período, 14 municípios (63,6% do total) apresentaram médias de homicídio acima da nacional². Vale ressaltar que o município de Marechal Thaumaturgo não se encontra na tabela porque não registrou nenhuma ocorrência no período em análise.

	Taxas médias hom./100 mil hab	Municípios
Grupo I	0 a 10,19	Jordão, Porto Walter e Santa Rosa do Purus
Grupo II	13,08 a 24,03	Xapuri, Rodrigues Alves, Sena Madureira, Epitaciolândia e Acrelândia
Grupo III	28,19 a 38,85	Manoel Urbano, Plácido de Castro, Mâncio Lima, Brasiléia, Senador Guimard, Feijó, Porto Acre, Tarauacá e Cruzeiro do Sul
Grupo IV	42,61 a 49,76	Capixaba, Assis Brasil, Bujari e Rio Branco

QUADRO 1: Grupos de municípios por faixa da taxa de homicídios.

Fonte: Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) sistematizados por Paloma Alves, (CDEST/DIEST).

O Ministério Público do Acre disponibilizou, em seu Anuário publicado no ano 2022, as motivações para ocorrência dos homicídios dolosos consumados (HDCs) no Estado. Os homicídios dolosos são aqueles nos quais o agente possui a intenção livre e consciente de praticar o ato lesivo. Na tabela, que pode ser visualizada no anexo VII (dados específicos), a principal motivação para o crime seriam questões envolvendo drogas ilícitas e conflitos com participação de organizações criminosas. O Acre é um território de fronteira pelo qual escoam diversos ilícitos. A partir desse entendimento, a informação disponibilizada pelo MP/AC sugere um teor violento nas dinâmicas que envolvem o escoamento desses ilícitos. As outras motivações apontadas pelo Anuário para a ocorrência desses HDCs são: causas indeterminadas, "bebedeira ou motivo fútil", feminicídio e

² Segundo dados disponibilizados pelo SIM/DATASUS, a média brasileira de homicídios entre o período considerado é de 23,2 por 100 mil habitantes.

vingança.

Nesse mesmo Anuário, é apresentado um gráfico comparativo entre o histórico de taxa de vítimas de HDCs por grupo de 100 mil habitantes ocorridos no Acre comparado com a média nacional, para o período de 10 anos (2012 a 2021). O gráfico, também disponibilizado no anexo VII (gráfico 1), mostra que, desde 2015 o Acre apresenta uma taxa maior que a nacional, com pico relevante no ano de 2017, o que pode ser atribuído à diversos fatores que serão discutidos na próxima seção.

3. PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

Figuras importantes e complexas marcaram a história da Segurança Pública do Acre e nos ajudam a compreender melhor os conflitos que se desenvolvem no Estado. A título exemplificativo, dois personagens simbólicos que protagonizam essas histórias são Chico Mendes, assassinado no ano de 1988, e Hildebrando Pascoal, atualmente em prisão domiciliar³.

Chico Mendes, filho de seringueiro, nascido no município de Xapuri, foi um ambientalista, sindicalista e ativista político no que se refere à luta pelo fim da exploração dos seringueiros, pela preservação da Floresta Amazônica e pelo direito à terra dos povos extrativistas. Assassinado em 22 de Dezembro de 1988 por donos de terra opositores à sua luta, Chico Mendes deixou seu legado. No velório do defensor seringueiro, o então candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já ativo em lutas políticas, discursou:

“A luta do companheiro Chico ganhou outra dimensão. O companheiro Chico começou a ser reconhecido por organismos internacionais, pelo Banco Mundial, pelo Business, pelo movimento ecológico do mundo inteiro. Ele começou a ser reconhecido, começou a ganhar prêmios, começou a viajar e a contar ao mundo o que acontecia aqui. E começou inclusive a dar palpite, opinião, sobre empréstimos que empresas estrangeiras ou que bancos estatais fariam aqui. *E por isso aumentou o ódio dos grandes proprietários contra o companheiro Chico, aumentou o ódio ao ponto de culminar na morte dele no dia 22*” (Luiz Inácio Lula da Silva, 1988)⁴

Para entender melhor o caso, é preciso voltar no tempo. Entre os anos de 1880 e 1920, indivíduos foram atraídos para a Região Norte do Brasil devido ao ciclo econômico da borracha, em que a

³ G1, 2019. Justiça do Acre autoriza que Hildebrando Pascoal volte a cumprir prisão domiciliar. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/22/justica-do-acre-autoriza-que-hildebrando-pascoal-volte-a-cumprir-prisao-domiciliar.ghml>> Acesso em: 01/11/2022

⁴ Youtube. Lula discursa no velório de Chico Mendes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kf7n1DmiZXw> Acesso em: 25 de Agosto de 2022

extração de látex para produção de borrachas era uma demanda alta no mercado internacional. Esses indivíduos chegaram no Acre para trabalhar em seringais e ali instituíram suas famílias e construíram suas vidas, como é o caso dos pais de Chico Mendes, migrantes nordestinos em busca de novas oportunidades.

Na verdade, essa atividade econômica sempre foi pautada por relações de grande exploração, pois os seringueiros eram subordinados aos donos dos seringais, além de se submeterem àquilo que o aviador⁵ teria para oferecer, criando uma sociedade que, ao fim, era contrastante com a aparente bonança econômica e que representavam, de fato, miséria.

O sentimento de revolta entre esses extrativistas era generalizado, mas o diferencial de Chico Mendes foi ter aprendido a ler e escrever com seus 16 anos, junto de Euclides Fernandes Távora⁶. Chico, então, participou do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais em Brasiléia junto ao líder combativo Wilson Pinheiro. Assim, começaram os “empates às derrubadas” como forma de resistir. Quando sua luta começou a ganhar dimensão internacional, Chico Mendes foi assassinado no quintal de sua casa, com um tiro no peito orquestrado por fazendeiros.

Fato é que, o ciclo da borracha teve seu fim em décadas e, de acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), seringueiros, até o dado momento, são, junto com posseiros, os que mais sofrem com a disputa por terra no Acre por meio de tentativas violentas de retirá-los do lugar em que construíram suas famílias e que daquela terra vivem. A luta que Chico travou - e reflete até os dias de hoje e um de seus maiores legados - é a Reserva Extrativista Chico Mendes, criada em 1990. A realidade desses seringueiros é que, mesmo vivendo nessas terras desde essa época, eles não detêm o direito de posse ou propriedade e ficam sujeitos à violência de grupos que possuem interesses econômicos nessas localidades.

Outra figura de relevante importância é Hildebrando Pascoal. Em simbologia antagônica à de Chico Mendes, Hildebrando Pascoal Nogueira Neto era, na década de 1980, comandante da Polícia Militar do Acre ao mesmo tempo em que comandava um grupo político-criminoso local, como revelado por investigações (POSSAS e ROCHA, 2014, p.252). Exercendo forte influência na sociedade acreana e enorme poder sobre as instituições públicas, Pascoal alcançou, em 1998, a

⁵ Homens responsáveis por contratar o serviço dos seringueiros em troca de dinheiro ou produtos de subsistência.

⁶ Memorial Chico Mendes. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/chico-mendes/> Acesso em: 25 de Agosto de 2022.

esfera federal, tornando-se deputado e tendo, em menos de 1 ano, seu mandato cassado. Os crimes cometidos durante o período em que atuou na região finalmente repercutiram na mídia nacional e internacional, tamanha crueldade e dimensão.

Um dos casos mais emblemáticos que retratam a atuação da organização criminosa denomina-se como “crime da motosserra”. No ano de 1996, Agilson Santos Firmino, de 34 anos, foi brutalmente assassinado pelo grupo que, através de esquartejamento com uma motosserra, teria agido por vingança por uma suposta participação de Agilson no assassinato do irmão de Hildebrando, Itamar Pascoal. Para os autores Mariana Thorstensen Possas e Thiago Thadeu da Rocha (2014), o grupo agia dentro das instituições do Estado, sem a intenção de tomar o poder ou instituir aquele já estabelecido, mas utilizando peças institucionais convenientes para sua atuação. Em outras palavras, Hildebrando Pascoal utilizaria sua posição como oficial da Polícia Militar e, posteriormente, coronel, para tomar decisões de natureza arbitrária e ilícita por intermédio de instituições estatais .

Hildebrando simbolizaria assim, sob certa medida, uma construção singular de submissão à lei pelos cidadãos e pelas instituições locais. Eleito deputado federal mesmo tendo cometido crimes extremamente violentos, Pascoal era simultaneamente respeitado e temido pela população acreana, o que Maquiavel prevê como essencial para um *bom governante prosperar*. Foi preciso alcançar a esfera federal e a mídia nacional para que a violência cometida por ele finalmente sofresse sanções previstas pelo Direito Penal que, até então, não eram aplicadas por pura arbitrariedade.

Assim, podemos perceber que a história do Estado é, sob certa ótica, alegoricamente marcada por figuras que operam em esferas distintas e demonstram diferentes forças de atuação no Acre. De um lado, a esfera ambiental, seus crimes inerentes e as lutas traçadas como forma de resistência. De outro, os crimes urbanos e de pistolagem, por vezes extremamente violentos, que acometem a sociedade acreana e, embora tenham em muitos casos características de vingança privada, possuem algum tipo de participação institucional do estado. A partir dessa simbologia, podemos traçar considerações mais aprofundadas acerca dos principais conflitos e atividades relacionadas no estado do Acre.

4.1 Conflitos fundiários

Os problemas fundiários representam um importante fator de conflito no Brasil. A má distribuição das terras, isto é, a concentração destas na mão de poucos, reflete dinâmicas próprias da formação histórica do país enquanto nação. Para os estados da região norte do Brasil, os conflitos fundiários são parte do cotidiano de uma população que vive em meio à expansão da fronteira agropecuária, desenvolvimento do agronegócio e participação das organizações criminosas. O conflito fundiário, então, caracteriza-se pela disputa por terras que possuem uma natureza essencialmente violenta.

Esses conflitos atingem famílias de pequenos agricultores, pessoas baixa-renda, trabalhadores rurais sem terra, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A Comissão Pastoral da Terra classifica esses conflitos como “(...) ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais (...)” (CPT, 2021). No Acre, essa realidade pode ser visualizada por meio de notícias produzidas por veículos de mídia locais sobre a região, relatórios produzidos pela própria CPT e uma literatura que trabalha questões fundiárias (SILVA, 2019; IMAZON, 2019; PRODES, 2018; FBSB 2022).

De acordo com o relatório de 2020 da Comissão Pastoral da Terra, o Acre registrou de 1.201 invasões de terras no Acre, ficando o estado atrás apenas de Roraima (19.662), Pará (19.638) e Amazonas (8.143) respectivamente. O relatório mostra, ainda, que o estado teve 59 conflitos por terra no ano de 2020. Neste seguimento, de acordo com dados disponibilizados pelo MP/AC⁷, o número de homicídios dolosos decorrente de disputa por terra nesse mesmo ano foram 3, representando 1,1% do total de homicídios dolosos no estado. Assim, podemos mensurar que as disputas por terra nem sempre resultam em morte dos envolvidos, mas inferem em dinâmicas complexas de imposição do medo.

Em relatório mais atual, produzido no ano de 2021, é possível visualizar que a categoria responsável por protagonizar ações de violência na região norte são os fazendeiros. Retomo que, apesar de os conflitos fundiários não serem de grande relevância numérica quando os indicadores de homicídio estão em análise, eles são responsáveis por ações violentas e que impactam diretamente nas dinâmicas de criminalidade do estado. Então, se por um lado, existem indivíduos que dependem de uma atuação do poder público para garantir o seu acesso à terra e fazer valer direitos já existentes no ordenamento jurídico - como protagonizado pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988⁸ - , por outro lado existe uma rede de

⁷ A tabela pode ser visualizada no anexo VII (tabela 1)

⁸ **Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

interesses que agrega o capital proveniente da exploração de terras ao norte do Brasil, o que incide diretamente em problemas ambientais como o desmatamento que tem em como característica primordial um violento processo de tomada da terra.

2.1.1 A dinâmica do processo de desmatamento

No Estado do Acre, o desmatamento acumulado, considerando a Amazônia Legal, já alcança 3,54% da extensão territorial, o que equivale a 16.668,00 km² de terra⁹, concentrado principalmente nos municípios que compõem a Regional do Baixo Acre¹⁰. Em 6 lugar no ranking de Estados mais desmatados da Amazônia Legal, o Acre teve, em Junho de 2022 um aumento de 36% no desmatamento com relação ao mesmo mês do ano passado. Assim, quando pensamos na Segurança Pública temos que:

"Uma das consequências da intensificação da ocorrência do desmatamento e focos de calor em determinadas regiões do estado é o aumento dos conflitos agrários (...) Mais de 80% dos conflitos agrários identificados são dos tipos Fundiário [66%] e Ambiental. Os conflitos fundiários envolvem loteamentos ilegais, litígios, grilagem, questões de limites, entre outros." (SILVA, 2019).

Nesse sentido, o desmatamento é uma questão importante a ser considerada. Ignorando os problemas ambientais e conflitos fundiários, os setores responsáveis por essa atividade tendem a justificá-la em um suposto incremento que esses desmates provocam na economia brasileira ao "liberar" terras para a pecuária e a agricultura.

No Acre, o problema é sintomático. As taxas de desmatamento por km² disponibilizadas pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal por Satélite (PRODES) mostram crescimento progressivo desse indicador para os últimos 5 anos, como pode ser observado no gráfico abaixo.

⁹Terra Brasilis. Desmatamento (PRODES). Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates> Acesso em: 25 de Agosto de 2022.

¹⁰ A Regional do Baixo Acre é composta pelos municípios: Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guiomard, Capixaba, Plácido Castro e Acrelândia.

Gráfico 1 – Taxas de desmatamento* por Km² para o Estado do Acre



Fonte: Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)

* As taxas de desmatamento calculadas, são baseadas nas áreas de desmatamento maiores que 6.25 hectares

O desmatamento de uma área pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles a pecuária e a agricultura, ambos possíveis de visualizar no estado do Acre¹¹. Segundo o Boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), publicado em Julho de 2019 pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), tendo como análise o território da Amazônia legal, as áreas com maior ocorrência de desmatamento têm sido áreas privadas (com o objetivo da instalação de pastos e da monocultura de soja e de cana), assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

O trabalho intitulado “Dinâmica do desmatamento em 2018 no Estado do Acre”, realizado pelo PRODES, atribuiu os projetos de assentamento como a classe fundiária responsável por grande parte do desmatamento no ano de 2018, esclarecendo, ainda, que a Resex Chico Mendes foi a Unidade de Conservação que mais apresentou áreas desmatadas. Neste trabalho, é possível notar que os desmatamentos da região, para 2018, concentraram-se em áreas antropizadas e ao longo da BR-364 (PRODES, 2018).

¹¹ Governo do Acre, 2022. Uma mudança de rumo no agro acreano. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/2022-uma-mudanca-de-rumo-no-agro-acreano/>> Acesso em: 12/10/2022

Ao analisar as notícias referentes ao assunto, foi possível notar um atual protagonismo na questão pecuária quando se pensa no desmatamento. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), mostram que três de cada quatro hectares de terras públicas que foram desmatadas até 2021 na Amazônia, deram lugar a pasto para atividade pecuária¹². Pensando especificamente no Acre, de 2018 para 2020, o rebanho bovino cresceu em 21%.¹³ Para se ter uma área pronta para o gado, é preciso limpá-la, isto é, promover o desmatamento.

Foi possível observar, por meio de atitudes do governo acreano, que a tendência é incentivar o crescimento da pecuária no estado. Em 2022, o imposto sobre a comercialização de gado destinados ao estado do Amazonas, Rondônia e Roraima foi reduzido em até 80%.¹⁴, incentivando a vinda desses pecuaristas e o consequente desmatamento resultante da ampliação da área de gado.

No Acre, têm-se, ainda, falhas na fiscalização ambiental o que possibilita o desmatamento ilegal. As falhas na fiscalização foram assumidas pelo atual governador do Acre, Gladson Cameli (2022). Em entrevista à Folha de São Paulo, Cameli declara que “não há fiscalização muito assídua”.¹⁵ Então, apesar de se dizer a favor da preservação ambiental, o governador reeleito deixa claro, na entrevista, sua preferência pelo desenvolvimento da política do agronegócio em prol dos cuidados com o meio ambiente, o que incide na ocorrência de conflitos agrários em decorrência da expansão do *agrobusiness*.

Vale ressaltar que no triênio 2019-2021, o estado teve 730km² de floresta derrubada¹⁶, alcançando patamar alarmante. Assim, podemos concluir que o problema referente ao desmatamento incide no meio ambiente, mas também em populações vulneráveis, especialmente no que se refere à ocupação violenta da

¹² Uol, 2021. Pecuária responde por 75% do desmatamento em terras públicas da Amazônia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/10/27/amazonia-87-do-desmate-em-terras-publicas-ocorreu-em-areas-nao-destinadas.htm#:~:text=Isso%20foi%20impulsionado%20pela%20falta,avan%C3%A7o%20de%20%C3%A1reas%20de%20pastagem> Acesso em: 12/10/2022

¹³ G1, 2020. Com 3,5 milhões de cabeça de gado, rebanho de bovinos no Acre tem crescimento de 21% em dois anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/10/20/com-35-milhoes-de-cabecas-de-gado-rebanho-de-bovinos-no-ac-tem-crescimento-de-21percent-em-dois-anos.ghtml> Acesso em: 06/10/2022

¹⁴ Para beneficiar a pecuária, o Acre reduz em até 80% o imposto sobre comercialização do gado. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/para-beneficiar-pecuaria-acre-reduz-em-ate-80-imposto-sobre-comercializacao-de-gado/> Acesso em: 07/10/2022

¹⁵ Folha de São Paulo, 2022. Governador do Acre admite fiscalização frouxa e fala em prejuízo grande se não apoiasse Bolsonaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/governador-do-acre-admite-fiscalizacao-frouxa-e-fala-em-prejuizo-grande-se-nao-apoiasse-bolsonaro.shtml> Acesso em: 27/10/2022

¹⁶ G1, 2022. Amazônia Legal: desmatamento no Acre mais de dobrou em 6 anos, aponta IPAM. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2022/02/09/amazonia-legal-desmatamento-no-acre-mais-de-dobrou-em-seis-anos-aponta-ipam.ghtml> Acesso em: 12/10/2022

terra. No Acre, a invasão de terras (em especial terras assentadas, terras indígenas, unidades de conservação e áreas privadas em diversos estágios de posse) por desmatadores que apostam na regularização daquela área para agricultura e pastagem, ameaça a existência, principalmente, de posseiros, indígenas e seringueiros e seus modos de vida.

De acordo com relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para o ano de 2018 a 2021, os grupos mais atingidos pelos conflitos fundiários no Acre são posseiros e seringueiros. Ao pensar nos posseiros, é válido mensurar que estes são prejudicados devido aos grupos que os enfrentam que, normalmente, possuem maior poder político e econômico, como os fazendeiros. Já no caso dos seringueiros, a problemática é histórica e remete à luta traçada por Chico Mendes.

2.1.3 - Exploração de madeira no Acre

O Sistema de Monitoramento da Exploração de Madeira (SIMEX) lançou, em 2020, um infográfico com o mapeamento da exploração de madeira no Estado do Acre¹⁷. Nesse infográfico, foi informado que, entre Agosto de 2019 e Julho de 2020, 27.455 hectares de floresta foram explorados para a extração de madeira. No registro, consta, ainda, que Feijó (13.037), Rio Branco (4.281) e Bujari (2.587) foram os municípios com os maiores índices de exploração no período. Quanto à legalidade, o SIMEX esclareceu que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/AC) não disponibilizou dados para a pesquisa naquele momento. Outra informação valiosa trazida pelo estudo é que grande parte dessa exploração ocorre em imóveis rurais privados e cadastrados.

No ano de 2021, o cenário foi alterado. Em nova pesquisa, também pelo Sistema de Monitoramento da Exploração de Madeira (SIMEX)¹⁸, realizada entre agosto de 2020 e julho de 2021, foi possível constatar pela equipe que 100% da exploração para extração de madeira mapeada no estado estaria dentro da legalidade, ocorrendo 94% em imóveis cadastrados. O estudo constatou ainda não haver indícios de exploração em áreas restritas como Unidades de Conservação e Terras Indígenas. A área mapeada também foi consideravelmente menor, com uma redução de 16.569 hectares de terra explorados.

¹⁷ <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Simex-Acre-Agosto-de-2019-a-Julho-de-2020.pdf>

¹⁸ G1, 2022. Extração de madeira no Acre se concentra em áreas privadas e está 100% autorizada, aponta estudo. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/10/01/extracao-de-madeira-no-ac-se-concentra-em-areas-privadas-e-esta-100percent-autorizada-aponta-estudo.ghtml> Acesso em: 12/10/2022

Apesar de os registros serem de explorações legalizadas e em áreas devidamente autorizadas, em 2021 o Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Acre registrou um aumento de 150%, durante o período de um ano, dos crimes relacionados à invasão de áreas para furto de madeira (G1, 2021)¹⁹. Os grupos se organizam com maquinários (como tratores), adentram áreas privadas, retiram a madeira e transportam, geralmente no período da noite para burlar a fiscalização. O dano, nesse caso, afeta o dono da terra que acaba com um prejuízo econômico individual.

Em termos gerais, pouca informação é encontrada sobre a extração de madeira no Acre, seja na literatura, seja por meio dos veículos de mídia. Uma hipótese para isso seria de que a exploração de madeira, apesar de ocorrer no estado e não ser descartável de análise, não é o foco da degradação florestal e dos conflitos por terra. Ressalto, ainda, que a exportação de madeira parece ser promissora no estado uma vez que o Acre fechou o mês de agosto de 2021 com saldo positivo de US\$ 2,55 milhões na balança comercial, tendo exportado 36,6% de madeira e seus derivados²⁰

2.2 O tráfico internacional de drogas e as rotas fronteiriças;

A posição geográfica do Estado do Acre situa-o entre a rota internacional do tráfico de drogas. Fazendo fronteira com o Peru e a Bolívia, países que participam da produção mundial de cocaína, o território atrai organizações criminosas que visam lucrar com o comércio ilegal de ilícitos. Ao pensar em uma região de fronteira, devemos ter em mente que:

“A fronteira, aparentemente de conceituação bem simples e de fácil compreensão no senso comum, é concebida como linhas limítrofes geográficas, cujas imagens traduzem os limites espaciais definidos, numa determinada formação socioespacial, isto é, significa considerar como um espaço de influência de poder de determinados grupos formados por elementos demográficos, culturais, econômicos e políticos; e, desse modo, define-se como diferentes territórios, demonstrando onde começa e termina os domínios de um e de outro.” (SILVA, Ednilson; SILVA, Silvo, 2020. pág.559).

Para além do entendimento geral de fronteira, é importante levar em consideração que ali se atravessam diferentes modos de vida em sociedade. Em outras palavras, as zonas fronteiriças são,

¹⁹ G1, 2021. Batalhão ambiental registra aumento de 150% em ocorrências de furto de madeira para venda ilegal no Acre. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/12/batalhao-ambiental-registra-aumento-de-150percent-em-ocorrencias-de-furto-de-madeira-para-venda-ilegal-no-ac.ghtml> Acesso em: 13/12/2022

²⁰ G1, 2021. Com mais de 36% de exportação de madeira, Acre fechou Agosto com saldo positivo de US\$ 255 milhões. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/09/13/com-mais-de-36percent-de-exportacao-de-madeira-acre-fechou-agosto-com-saldo-positivo-de-us-255-milhoes.ghtml> Acesso em: 12/10/2022

sobretudo, territórios de interação. Nesse sentido, Daniel Hirata esclarece que a categoria dos ilícitos transfronteiriços associa a “insegurança na fronteira a certos circuitos mercantis” (HIRATA, 2015). Assim, o combate ao tráfico de drogas, de pessoas e o contrabando de produtos informais têm alcançado a agenda pública.

É coerente pensar que a atuação de grupos criminosos na região acreana se dá, principalmente, pela possibilidade de lucrar com as diversas rotas que ali podem circular. Por meio da tabela abaixo, é possível observar quais são as ORCRIM’s atuantes na região:

Tabela 1²¹ – Facções/ORCRIM do Estado do Acre.

UF	Facções / ORCRIM
Acre	CV/AC – Comando Vermelho
	PCC – Primeiro Comando da Capital
	B13 – Bonde dos 13
	IFARA – Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana

As facções CV e PCC são facções de base prisional oriundas do Sudeste Brasileiro, enquanto B13 e IFARA originaram-se na própria Região Norte. Esses grupos armados ilegais entram em conflitos sangrentos pelo controle das rotas do tráfico. De acordo com o Anuário de Indicadores de Violência (2012-2020), produzido pelo Ministério Público do Acre, no ano de 2020, a primeira ORCRIM a registrar atividade criminosa no estado teria sido o PCC²², o que foi possível ratificar por meio da Operação “Diáspora”²³ que, com 39 mandados de busca, apreensão e de prisão, visou desarticular a atuação do grupo na região.

De acordo com esse mesmo relatório, o surgimento da facção B13 teria sido uma resposta à expansão do PCC no território, isto é, 13 criminosos locais que dominavam o comércio de drogas nos bairros acreanos teriam se reunido com o objetivo de dar continuidade aos seus acordos comerciais e como forma de unir forças contra o “intruso paulista”. Uma outra narrativa sobre o

²¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE. Anuário de Indicadores de Violência 2012-2021: Demonstrativo Histórico de Indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre. 6 Edição. p.189 Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/AnuariodeViolencia_2022.pdf> Acesso em: 13 de Agosto de 2022.

²² O Anuário esclarece que, anterior ao aparecimento dessas organizações criminosas no estado, já existiam grupos de extermínio atuando, em especial na década de 80 e início da década de 90.

²³ A TARDE, 2013. Operação Diáspora desarticula PCC no Acre. Disponível em: <<https://atarde.com.br/brasil/operacao-diaspora-desarticula-pcc-no-acre-493358>> Acesso em: 09/10/2022

surgimento dessa facção seria que a de que alguns presos do PCC, descontentes com burocracias impostas pelo grupo, teriam se juntado e criado o B13.²⁴ Ambas as narrativas relacionam o surgimento da facção à chegada do PCC no Estado.

Já a facção Irmandade Força Ativa e Responsabilidade Acreana (IFARA) possui trajetória diferente. Também de acordo com o Anuário do MPAC, este grupo é o mais antigo da região e age, em especial, nas rotas oriundas da Bolívia com destino ao Nordeste. O CV é a facção de atuação mais recente do estado. Os primeiros registros de atuação do CV no Acre foram constatados durante a Operação “Êxodo”, da Polícia Civil, no ano de 2015.²⁵ Atualmente, essa ORCRIM domina as principais rotas do tráfico e boa parte do comércio da droga no território, sem desenvolver alianças com as demais organizações da região (MPAC, 2022), é o que relata, também, os membros do poder executivo entrevistados em Março de 2022.

Esses grupos impactam diretamente na dinâmica criminal da região uma vez que seus conflitos por território e atuação nas rotas fronteiriças incidem nos indicadores de violência. Para o promotor Bernardo Albano, as altas taxas de roubo e furto de veículos têm relação com a questão fronteiriça. Albano nos diz que “A maioria desses veículos é desviada para países vizinhos, onde é trocada pela cocaína”²⁶.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública Especial (2022) disponibiliza as taxas de roubo e furto de veículo para os estados do Brasil. Essa taxa considera as ocorrências por 100 mil habitantes e diz respeito aos veículos que foram furtados (quando não há emprego de violência ou grave ameaça) e roubados (quando há emprego de violência ou grave ameaça) em um determinado período de tempo. Quando observado os dados do Acre, é possível notar uma alta nos anos de 2018 (662,6) e 2019 (835,8) para a taxa de veículos furtados e roubados, enquanto para o ano de 2020 (313,1), em que as fronteiras terrestres, por questões sanitárias da Covid-19, foram

²⁴ Uol, 2020. Com atrito entre facções, capital do Acre tem 30 homicídios em 18 dias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/19/com-atrito-entre-faccoes-capital-do-acre-tem-30-homicidios-em-18-dias.htm>> Acesso em: 13/10/2022

²⁵ A GAZETA DO ACRE, 2016. Polícia Civil deflagra Operação Êxodo e prende dois assessores parlamentares. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2016/09/noticias/policia-civil-deflagra-operacao-exodo-e-prende-dois-assessores-parlamentares/> Acesso em: 15/10/2022

²⁶ G1, 2019. Na fronteira do Acre, combate ao tráfico enfrenta falhas na fiscalização e avanço de facções. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/19/na-fronteira-do-acre-combate-ao-traffic-enfrenta-falhas-na-fiscalizacao-e-avanco-de-faccoes.ghtml>> Acesso em: 09/10/2022

fechadas²⁷, o indicador diminuiu, mostrando considerável aumento em 2021 (418,8), quando estas faixas de fronteira são reabertas no final do ano, ainda que com algumas exigências como comprovante de vacinação ou teste negativo para covid-19.

Outro indicador que mostra o potencial de alteração das dinâmicas locais ligadas ao tráfico é o de homicídios. No início do ano de 2020 ocorreram 30 homicídios em apenas 18 dias na capital do estado, Rio Branco²⁸. Essas mortes foram, em sua maioria, execuções, esquartejamentos e chacinas, práticas comuns de grupos criminosos para “deixar um recado” para outro, o que é um demonstrativo do aspecto violento da atuação desses grupos.

Em suma, pode-se dizer que esses grupos estão ali pelas rotas fronteiriças, por mais que desenvolvam atividades diversas, como o controle bairros²⁹ e mercados de consumo. As facções tiveram como motivação inicial a fronteira e suas possibilidades, mas se rearranjam conforme o território fornece novas oportunidades.

Mas afinal, que rotas são essas? - A tríplice fronteira do Acre.

Dos 22 municípios que formam o estado do Acre, 17 localizam-se em regiões de fronteira que possui uma extensão de 1.900km. A cidade de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é extremamente relevante para pensar a distribuição da droga no Brasil. Funcionando como um centro de redirecionamento de rotas de contrabando e do tráfico, a carga chega na cidade pela bacia hidrográfica do rio do Juruá, com nascente no Peru.

A partir deste momento, as rotas seguem de diferentes maneiras. Por via fluvial, em direção à Manaus e por via terrestre, pela BR-365, com destino à Rio Branco que irá conectar-se com outras regiões, em especial o Centro Sul Brasileiro (GOMES DA SILVA; SIMIONE DA SILVA, 2020). Cabe ressaltar que muitas dessas rotas irão seguir para territórios estrangeiros, como a Europa e os Estados Unidos. O Rio Juruá é a principal via desse fluxo que tem passagem por Cruzeiro do Sul.

²⁷ Carta Capital, 2020. Brasil fecha fronteiras terrestres para conter coronavírus. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/brasil-fecha-fronteiras-terrestres-para-conter-coronavirus/>> Acesso em: 09/10/2022

²⁸ Uol, 2020. Com atrito entre facções, capital tem 30 homicídios em 18 dias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/19/com-atrito-entre-faccoes-capital-do-acre-tem-30-homicidios-em-18-dias.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 09/10/2022

²⁹ Folha do Acre, 2022. Comando Vermelho avança e toma bairros antes dominados pelo PCC e B13 em Rio Branco. Disponível em: <<https://folhadoacre.com.br/2022/04/comando-vermelho-avanca-e-toma-bairros-antes-dominados-pelo-ppc-e-b13-em-rio-branco/>> Acesso em: 13/10/2022

A conexão entre vias fluviais, terrestres e aéreas é complexa e deve ser analisada com cautela. Seja por meio de rios que se escondem entre as matas, seja por trilhas cobertas pela floresta, fato é que essa rede de transporte de fluxos ilegais não é fiscalizada. Em 2019, a equipe da GloboNews percorreu pontos de fronteira entre o Peru e o Acre, e constatou trânsito livre de veículos e pessoas nessas regiões³⁰.

Existe uma baixa capacidade de atuação das forças de segurança pública do estado no combate ao narcotráfico, que, argumenta o MPAC, dá-se pela necessidade de atuar, também, em crimes tipicamente urbanos que acabam por consumir recursos humanos (o próprio efetivo policial) e logísticos (disponibilidade de equipamentos, por exemplo) disponíveis nas instituições estaduais. A vigilância das fronteiras, no entanto, não é atribuição somente do estado, mas também das instituições federais e do Exército Brasileiro e, mais recentemente, das demais forças armadas.

No ano de 2004, foi atribuído ao Exército Brasileiro, por meio da Lei Complementar 177, poder de polícia nas regiões de fronteira. Posterior a esse período, no ano de 2010, por meio da Lei Complementar 136, esse poder foi estendido para as demais forças armadas. No artigo “O poder de polícia do exército na faixa de fronteira como vetor de prevenção de conflitos intra e interestaduais.” os autores Ferreira Neto e Ribeiro justificam essa atitude dizendo que: “(...) o fato é que a conjuntura exige tais medidas, pelo menos enquanto não sejam reforçados os órgãos diretamente competentes ou criados outros com esta finalidade específica (...)” (p.1.016; 2014).

2.3 A Cidade do Povo

O Bairro planejado, Cidade do Povo, localizado em Rio Branco/AC, é fruto de uma parceria entre o governo estadual e federal frente ao problema habitacional em que o estado se encontrava. Existia um déficit habitacional no município de Rio Branco em que alguns indivíduos habitavam áreas de risco de inundação no Rio Acre. A ideia inicial era realocar cerca de 60.000 mil pessoas que viviam em situação desumana e degradante, correndo iminente risco de vida nas enchentes do Rio.³¹

³⁰ G1, 2019. Na fronteira do Acre, combate ao tráfico enfrenta falhas de fiscalização e avanço de facções. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/19/na-fronteira-do-acre-combate-ao-trafico-enfrenta-falhas-na-fiscalizacao-e-avanco-de-faccoes.ghtml> Acesso em: 04/10/2022.

³¹ Gazeta do Acre, 2013. Cidade do povo é a maior obra do Acre ao movimentar R\$ 1,1 bilhão. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2013/03/noticias/politica/cidade-do-povo-e-a-maior-obra-do-acre-ao-movimentar-r->

O plano diretor do projeto previa a construção de mais de 10 mil casas, além de investimentos em delegacias, centros de saúde, escolas, creches, quadras esportivas e praças, em resumo, toda a estrutura necessária e digna de um cidadão.³² A Cidade do Povo, viabilizada pelo programa Minha Casa Minha Vida enquanto uma política pública de habitação que buscava efetivar o direito social à moradia, acabou sendo desamparada.

“O poder público abandonou” foi o que disse um dos moradores entrevistados pelo videomaker Kennedy Santos, do jornal Ac24horas.³³ Nessa reportagem, Kennedy adentra diversas estruturas da Cidade do Povo, como casas e creches construídas a alguns anos atrás, mostrando uma destruição total desses lugares, que parecem ter sido abandonados pelo governo.

De acordo com o policial Rafael Marcos, em sua dissertação de mestrado, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), “as políticas públicas de habitação também auxiliam na efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos, contribuindo na prevenção da violência.” (p.68, 2017). O autor, ao realizar um estudo de caso da Cidade do Povo, demonstra como o empreendimento não logrou êxito pois teve como consequência um distanciamento físico desses realocados com o centro urbano, o que dificulta acesso aos serviços públicos e marginaliza setores sociais.

Chama atenção um texto da coluna “Falando sobre Segurança Pública no Acre”, da Agazeta.net em que Roberth Alencar, colunista do site e delegado da polícia civil, associa a Cidade do Povo à Cidade de Deus.³⁴ No texto, o autor afirma que essa analogia é possível quando pensamos questões ligadas à segurança pública. Para ele, a promoção de uma política habitacional sem garantias de inclusão social tem efeitos sociais adversos, como por exemplo o aumento da criminalidade e violência na região.

[11-bilhao/](#) Acesso em: 15/10/2022

³² JusBrasil, 2012. SEOP apresenta projeto Cidade do Povo ao TCEA. Disponível em: <<https://nota-dez.jusbrasil.com.br/noticias/3096059/tceac-seop-apresenta-projeto-cidade-do-povo-ao-tce-ac#:~:text=O%20Projeto%20%2D%20A%20meta%20%C3%A9,projeto%20habitacional%20Cidade%20do%20Povo%20>> Acesso em: 15/10/2022

³³ Youtube. Cidade do Povo, um gueto abandonado em Rio Branco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IOSHPrLte-Y> Acesso em: 15/10/2022

³⁴ Agazeta.net, 2021. Cidade do Povo: a Cidade de Deus do Acre. Disponível em: <<https://agazeta.net/coluna-da-casa/falando-sobre-seguranca-publica-no-acre/cidade-do-povo-a-cidade-de-deus-do-acre/>> Acesso em: 15/10/2022

Nesse sentido, por meio das notícias veiculadas sobre a criminalidade na região, é possível notar disputas por esse território “planejado”. No ano de 2022, circulou um vídeo em que membros do CV adentraram o conjunto habitacional efetuando disparos, que atingiram adultos e crianças em seu horário de lazer³⁵. A motivação do crime, de acordo com a polícia local, seria a guerra entre facções pelo território e domínio do tráfico de drogas.

No ano seguinte, mais um caso de tiroteio ligado à atuação das organizações criminosas na região. Dessa vez, membros do PCC e B13 se desentenderam e efetuaram disparos em uma via pública³⁶. Assim, pode-se entender que a Cidade do Povo, apesar de ter sido projetada para atender fins sociais, não alcançou seus objetivos institucionais.

4. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

4.1 O Grupo Especial de Operações de Fronteira (GEFRON/AC):

Instituído pela Lei Estadual 3.651³⁷, de 10 de setembro de 2020, o Grupo Especial de Operações de Fronteira, no Acre, visa atuar nas regiões de fronteira que abrangem o Estado do Acre, isto é, o Peru e a Bolívia. O efetivo deve ter treinamento específico e conta com a participação da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e do Corpo de Bombeiros Militar, respeitando as atribuições e competências legais de cada instituição.

É possível notar, através de informações divulgadas por veículos de mídia, que o GEFRON tem sido acionado para contribuir em operações³⁸ e atuar em flagrantes³⁹, mostrando que a política em

³⁵ AC24horas, 2020. Vídeo mostra bando do CV atacando Cidade do Povo a tiros e três pessoas ficaram feridas. Disponível em: <https://ac24horas.com/2020/08/10/video-mostra-bando-do-cv-atacando-cidade-do-povo-a-tiros-tres-pessoas-ficaram-feridas/> Acesso em: 15/10/2022

³⁶ AC24horas, 2021. Faccionados do B13 e PCC se desentendem na Cidade de Deus e acabam baleados. Disponível em: <https://ac24horas.com/2021/10/17/faccionados-do-b13-e-pcc-se-desentendem-na-cidade-do-povo-e-tres-acabam-baleados/> Acesso em: 15/10/2022

³⁷ Lei Ordinária N. 3651 de 2020. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/ac/lei-ordinaria-n-3651-2020-acre-dispoe-sobre-a-criacao-do-grupo-especial-de-operacoes-em-fronteira-gefron-ac-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20 de Agosto de 2022.

³⁸ G1. 2022. Operação cumpre mais de 80 mandados de prisão contra organização criminosa no Acre. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/01/28/operacao-cumpre-mais-de-80-mandados-de-prisao-contr-organizacao-criminosa-no-acre.ghtml>> Acesso em: 15 de Setembro de 2022.

³⁹ G1, 2022. Polícia investiga se paciente preso com 156 kg de cocaína em carro oficial teve ajuda para transportar

questão é uma proposta que o governo do estado, de fato, busca viabilizar. Em entrevista ao G1, o Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública do Estado no ano de 2019, Paulo Cezar Santos, afirmou que a necessidade de criação do grupamento surge “diante de uma lacuna da União, que deixa de cumprir seu papel constitucional (...)”⁴⁰ Isto é, falta de ações do governo federal frente às questões fronteiriças.

4.2 Atuação em conjunto com forças bolivianas (Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira):

No primeiro semestre de 2022 foi instituído, como política de segurança, o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF)⁴¹ no Acre. O objetivo é proporcionar uma integração entre as forças dos dois países que atuam nas regiões de fronteira, estando em consonância com a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON. Na carta de intenções, sete medidas são adotadas para prevenir e combater os crimes entre o Acre e a Bolívia, como por exemplo:

- Patrulhamento policial conjunto na região de fronteira;
- Criação de redes de resposta e ações policiais imediatas;
- Estabelecimento de oficiais de ligação, pessoal de contato;
- Troca de informações entre a polícia boliviana e a polícia brasileira;
- Programação de reuniões periódicas para evolução das ações realizadas;
- Intercâmbio de informações entre instituições de controle de imigração, antecedentes criminais, sistema prisional e polícia;
- Realização da 2ª reunião de Segurança Cidadã da região Fronteiriça Bolívia-Brasil, no mês de maio do atual governo.

Diversos autores têm mostrado a importância de um trabalho colaborativo entre as forças de segurança do estado.⁴² no combate ao crime organizado. Dessa forma, a integração entre o Acre e

droga no AC. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/12/03/policia-investiga-se-paciente-presos-com-156-kg-de-cocaina-em-carro-oficial-teve-ajuda-para-transportar-droga-no-ac.ghtml>> Acesso em: 15 de Setembro de 2022.

⁴⁰ G1, 2019. Na fronteira do Acre, combate ao tráfico enfrenta falhas na fiscalização e avanço de facções. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/10/19/na-fronteira-do-acre-combate-ao-trafico-enfrenta-falhas-na-fiscalizacao-e-avanco-de-faccoes.ghtml>> Acesso em: 13/10/2022

⁴¹ GOV. PRF participa de instalação de gabinete de gestão integrada de fronteira. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias_anteriores/estaduais/acre/2022/maio22/prf-participa-de-instalacao-de-gabinete-de-gestao-integrada-de-fronteira> Acesso em: 28 de Agosto de 2022.

⁴² Integração entre forças de operações especiais e inteligência na repressão ao crime organizado na microrregião

a Bolívia, que se institucionaliza por meio da criação do Gabinete, pode ser considerada positiva. O Gabinete funciona como um fórum colegiado em que as decisões são deliberativas, e operam em um consenso, sem hierarquia. Considerando a recente instalação (2022), pouca informação é encontrada sobre o GGIF, entretanto, é uma política que deve ser acompanhada.

4.3 Programa Acre pela vida - Por uma cultura de paz (2020)⁴³:

O projeto Acre pela vida, iniciativa do Governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), visa integrar as instituições públicas para combate ao crime, com ênfase em ações preventivas que se traduzem nas políticas sociais. O projeto tem por objetivo atuar em municípios com altos índices de violência, como Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que concentram a maior parte dos homicídios no Acre. O público-alvo do programa são os jovens, as crianças e os adolescentes. A ideia, então, seria potencializar ações que já são realizadas no âmbito dos poderes executivo e judiciário para alcançar a *paz*.

Assim, de dezembro de 2021 a outubro de 2022 o projeto, apesar de novo, já atendeu 3,5 mil crianças e adolescentes em todo o estado, incluindo na Cidade do Povo que, como foi relatado na seção 4, havia sido lateralizada pelo Governo Estadual. Na prática, ações de cunho social são realizadas visando que essas crianças, jovens e adolescentes sejam afastados da violência por meio do incentivo à cultura.

Ainda nesse sentido, o programa atuou na Vila do Incra, no município de Porto Acre, com um conjunto de ações como vacinação, emissão de carteiras de identidade, testes rápidos sobre doenças sexualmente transmissíveis e atividades lúdicas de entretenimento, oferecendo, assim, serviços importantes e essenciais para o exercício da cidadania⁴⁴.

O programa contou, ainda, com a participação de outras pastas, a exemplo a SEASDHM (Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres), que atendeu mulheres vítimas de violência e esclareceu dúvidas sobre seus direitos. É importante

do Vale do Juruá, Acre. 2022.

⁴³ TJAC. Projeto Acre Pela Vida é apresentado ao TJAC. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/2019/08/projeto-acre-pela-vida-e-apresentado-ao-tjac/> Acesso em: 29 de Agosto de 2022.

⁴⁴ ACRE, 2022. Programa Acre pela Vida da SEJUSP leva dignidade a crianças e adultos na Vila do Incra. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/programa-acre-pela-vida-da-sejusp-leva-dignidade-a-criancas-e-adultos-na-vila-do-incra/>> Acesso em: 01/11/2022

pensar na Segurança Pública para além das ações de combate efetivo realizadas pelas diversas instituições de polícia (militar, civil, federal...). O Programa Acre Pela Vida tem, de fato, atuado em uma frente social de relevância para a garantia da cidadania e prevenção do crime. São ações que trazem o Estado para bairros afastados e/ou lateralizados do debate público.

Considerações finais

O trabalho objetivou apresentar aspectos gerais do estado do Acre, bem como particularidades no que diz respeito às dinâmicas criminais. Nesse sentido, é válido ratificar a sua posição geográfica enquanto um território de fronteira internacional com o Peru e a Bolívia, ambas nações produtoras da cocaína que tem no Brasil o seu país de trânsito e destino das drogas. Foi possível observar que as políticas de segurança do estado, como o Grupo Especial de Operações de Fronteira (GEFRON) e o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), visam atuar nessa vertente.

Como apontado no decorrer do relatório, a principal motivação para a ocorrência de homicídios dolosos consumados (HDCs) é o tráfico de drogas e conflitos com participação de organizações criminosas. A análise atenta da tabela de motivações, junto com as mídias levantadas, sugere uma certa violência no escoamento dos ilícitos transfronteiriços, em especial pela disputa por rotas que ocorre entre as organizações criminosas atuantes no estado. Como moeda de troca os traficantes brasileiros escoam para os países fronteiriços grande quantidade de veículos roubados aproveitando-se de suas fronteiras secas.

Além disso, o Acre traz, na memória deixada pela luta de Chico Mendes, questões ambientais relevantes como as consequências do processo de desmatamento e os crimes inerentes à realização ilegal da atividade. Na verdade, a própria região na qual o Acre se insere (Região Norte) apresenta o desmatamento como um dos grandes fatores de conflito. Os posseiros e os seringueiros são os mais afetados pela disputa por terra no estado.

Por fim, o Acre é um local de disputas diversas, em especial por rotas criminais e pedaços de terras. Conectado pela BR-364 e seus diversos rios, o Estado do Acre possui uma significativa extensão territorial, o que dificulta a fiscalização das forças de segurança. Em outras palavras, o Estado apresenta desafios particulares que exigem uma atuação integrada dos diversos órgãos

estaduais para uma efetiva mudança no atual cenário violento do estado, especialmente nas cidades mais populosas e urbanizadas, como Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Referências

CRESWELL, John; CLARK, Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos: A natureza da pesquisa de métodos mistos**. Penso, 2013. pp. 19-32.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo: Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2022. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>> Acesso em: 31 agosto de 2022.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo: Brasil 2020**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2021. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>> Acesso em: 31 agosto de 2022.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra Nacional, 2020. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>> Acesso em: 31 agosto de 2022.

COSTA, Rafael. **MORADIAS E SEGURANÇA PÚBLICA: O ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE DO POVO – AC**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

FBSP. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. Cord. Renato Sérgio de Lima. São Paulo: FBSP, 2022a.

Governo do Estado do Acre. **Dinâmica do desmatamento em 2018 no Estado do Acre - PRODES**. Rio Branco, 2018.

HIRATA, Daniel. **Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”**. Deslocamentos/Artigos.

IMAZON, 2019. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal**. SAD. Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-junho-2019-sad/>
Acesso em: 06/10/2022

NETO, Alfredo; RIBEIRO, Antonio. **O poder de polícia do exército na faixa de fronteira como vetor de prevenção de conflitos intra e interestaduais**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro.

Ministério Público do Acre. **Anuário de Indicadores de Violência 2012-2021. Demonstrativo histórico de Indicadores prioritários de violência e criminalidade no Estado do Acre**. 6 edição, 2021, MPAC.

SILVA, Ednilson; SILVA, Silvo. **BR-364 – NOS CONFINS DA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: UMA VIA PARA A INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA DO ACRE (CRUZEIRO DO SUL) COM UCAYALLI (PUCALLPA)**. Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV - (2): Janeiro/Dezembro - 2020.

SILVA, M. MYRIS. **Áreas críticas para desmatamento e focos de calor no Acre: integrando dados de sensoriamento remoto e entrevista**. 2019, INPE, Santos-SP.

THORSTENSEN, P.M.; ROCHA DA. T.T. **"A onça comeu o suspeito": reflexões sobre o rule of law no Acre entre os anos 1980 e 2000**. Lua Nova, 2014.

DADOS GERAIS

ANEXO I

Tabela sociodemográfica - UF

Dados territoriais				
Estados limítrofes	AM, RO			
Fronteiras	Peru, Bolívia			
Nº municípios	22			
Área territorial	164 173,43			
Dados Sociodemográficos		UF	Região	Brasil
População	População estimada (2021)	906 876	18.906.962	213.317.639
	Densidade Demográfica (hab/km ²)	4,47	4,12	22,43
	% população 0 - 14 anos (2010)	33,7	31,2	24,1
	% população 15 – 29 anos (2010)	29,2	29,5	26,9
	% população 30 - 59 anos (2010)	30,6	32,5	38,2
	% população 60 + anos (2010)	6,3	6,8	10,8
	% população negra (2010)	5,8	6,4	7,6
	% população parda (2010)	66,2	66,9	43,1
	% população indígena (2010)	2,1	1,9	0,4
	% população branca (2010)	23,8	23,4	47,7
	% população urbana (2010)	72,5	73,5	84,4
	% população rural (2010)	27,4	26,5	15,6
Renda e desigualdade	Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita (2022)	R\$ 1 038,00	R\$ 1.175,29	R\$ 1.613,23

	Índice de Gini (do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano) (2022)	0,54	0,53	0,54
	% pobres (2003)	42,2	40,1	37,6
	% extremamente pobres (2003)	16,5	12,5	8,4
	% população vivendo em aglomerados subnormais (2010)	8,5	14,4	72,6
Trabalho	Taxa de desocupação (14+) (2021)	15,7	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	45,5	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2 277,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00
Educação	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	10,9	7	6,1
	Média anos de estudo (15+) (2019)	9,1	9,3	9,8
	% população (14+) com 5 anos ou menos de estudo (2019)	22,5	11,49	10,35

Fonte: Elaboração Diest/Ipea. **(1)** % por idade, SIDRA <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>>; **(2)** Incidência da Pobreza - IBGE Cidades - 2003; **(3)** IBGE. Domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%) - Notas Técnicas - 2019 (UF) <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf>; **(4)** Síntese de Indicadores Sociais - IBGE Cidades - 2021 <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>>; **(5)** IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas). Tabela 1.2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2021; **(6)** IBGE. Rendimento médio real do trabalho principal, SIDRA - 2022 <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>>; **(7)** Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais). (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>>; **(8)** Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e grupo de idade. (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>>; **(9)** Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo. (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>>.

ANEXO II

Homicídios por 100 mil habitantes dos 22 Municípios do Acre (2008 - 2020)

Municípios	Taxa Média por Triênio									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	- 2011	- 2012	- 2013	- 2014	- 2015	- 2016	- 2017	- 2018	- 2019	- 2020
Acrelândia	20,4	20,0	17,2	21,7	26,1	32,6	34,4	38,3	33,3	24,0
Assis Brasil	15,8	15,5	25,3	14,9	14,7	14,4	33,0	65,0	63,9	44,9
Brasiléia	28,4	24,9	25,8	25,4	23,5	24,4	26,7	31,5	29,7	31,7
Bujari	11,3	7,4	10,9	10,7	24,6	38,0	40,8	36,8	26,4	45,5
Capixaba	14,5	21,1	20,5	19,9	22,6	25,1	36,7	56,7	52,4	42,6
Cruzeiro do Sul	22,4	22,6	19,6	17,8	13,8	18,7	34,4	50,6	52,9	38,9
Epitaciolândia	8,5	20,8	26,5	28,0	19,7	19,3	26,6	28,0	22,1	21,7
Feijó	21,7	26,5	26,4	21,5	21,4	21,3	31,9	36,6	37,5	35,5
Jordão	9,7	14,2	18,5	27,2	17,7	39,0	38,2	33,3	12,3	4,0
Mâncio Lima	16,8	14,4	18,1	11,8	17,4	15,1	20,4	25,5	34,0	31,6
Manoel Urbano	24,0	15,8	38,8	42,1	37,7	22,3	25,7	21,7	25,0	28,2
Marechal Thaumaturgo	11,2	6,5	8,5	6,2	8,0	7,8	5,7	3,7	0,0	0,0
Plácido de Castro	14,9	25,7	25,4	23,3	19,5	31,6	34,8	36,2	32,4	30,4
Porto Walter	0,0	10,2	9,9	12,8	3,1	6,1	8,9	8,7	11,4	8,4
Rio Branco	25,9	26,0	28,7	34,7	36,3	44,6	58,8	67,6	62,7	49,8
Rodrigues Alves	15,5	8,6	4,2	12,2	13,9	11,6	18,9	18,4	28,8	19,4

Santa Rosa do Purus	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	5,7	22,2	21,6	21,0	10,2
Senador Guiomard	17,4	23,5	32,6	27,6	33,4	33,1	44,7	48,7	42,4	31,9
Sena Madureira	19,3	31,4	37,3	35,1	29,8	21,6	26,6	25,5	28,0	20,4
Tarauacá	7,2	20,3	23,5	26,5	21,9	25,7	28,6	32,2	37,3	36,8
Xapuri	9,9	11,7	23,0	18,9	20,4	21,9	28,8	26,6	15,8	13,8
Porto Acre	19,3	18,9	24,7	32,3	33,6	36,8	47,5	48,5	45,8	36,0

Fonte: SIM/MS; IBGE. Elaboração Diest/Ipea. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS. População obtido de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

ANEXO III

Brasil, Região Norte e UFs - Homicídios por 100 mil habitante

Brasil/Região e UFs	Taxa Média por Triênio									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	- 2011	- 2012	- 2013	- 2014	- 2015	- 2016	- 2017	- 2018	- 2019	- 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fonte: SIM/MS; IBGE. Elaboração Diest/Ipea. Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais dos dois anos anteriores, dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. População obtido de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

ANEXO IV

Confrontos policiais

Brasil e UFs	Policiais Mortos em Confronto (em serviço e fora de serviço)/Taxa por mil policiais na ativa	
	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

Brasil e UFs	Mortes Decorrentes de Intervenções policiais/ Taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

ANEXO V

Violência contra mulher e de gênero

Brasil e UFs	Feminicídios/ Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

Brasil e UFs	Homicídios Femininos/Taxa por 100 mil mulheres
---------------------	---

	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

Brasil e UFs	Estupro e estupro de vulnerável*/Taxa por 100 mil habitantes.	
	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5

Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

* Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (Anuário FBSP, 2022a).

Brasil e UFs	Lesão corporal dolosa - violência doméstica/Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

ANEXO VI

Perfil das Instituições de Segurança Pública no Acre - Efetivo (2020)

Instituição	Capital e Região Metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	1.750	650	2.400
Polícia Civil	-	-	-
Corpo de Bombeiros Militares	268	176	444
Órgãos Oficiais de Perícia	53	11	64

Fonte: SENASP/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDc0ZWFiYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>.

Perfil das Instituições de Segurança Pública no Acre - Estrutura (2020)

Instituição	Unidades Operacionais		
	Capital e Região Metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar ⁴⁵	6	9	15
Polícia Civil ⁴⁶	18	25	43
Corpo de Bombeiros Militares ⁴⁷	4	7	11
Órgãos Oficiais de Perícia ⁴⁸	4	3	7

Fonte: SENASP/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDc0ZWFiYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>.

⁴⁵ As 15 unidades operacionais da Polícia Militar do Acre estão distribuídas em: 8 Batalhões (5 no interior e 3 na capital), 3 Batalhões Especializados (todos na capital) e 4 Companhias Independentes (no interior).

⁴⁶ As 43 unidades operacionais da Polícia Civil no Acre estão distribuídas em: 34 delegacias (23 no interior e 11 na capital) e 9 delegacias especializadas (2 no interior e 7 na capital).

⁴⁷ As 11 unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Acre estão distribuídas em: 9 Batalhões (6 no interior e 3 na capital) e 2 companhias independentes (1 no interior e 1 na capital).

⁴⁸ As 7 unidades operacionais do Órgãos Oficiais de Perícia do Acre estão distribuídas em: 2 criminalística (1 no interior e 1 na capital), 2 Identificação (1 no interior e 1 na capital) e 2 medicina legal (1 no interior e 1 na capital).

Efetivo da Ativa das Polícias do Acre, por Corporação (2021 e 2022)

Corporações	Ns. Absolutos 2021	Ns. Absolutos 2022
Polícia Militar	2.327	2.466
Polícia Civil	928	912
Corpo de Bombeiros	464 ⁴⁹	428 ⁵⁰
Perícia Técnica	40	40
Polícia Penal	1.272	1.169

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022a). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional

	2019	2020	2021
Corpo de Bombeiros	11	8	1
Polícia Civil	23	17	10
Polícia Militar	38	23	13

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022a). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

DADOS ESPECÍFICOS

ANEXO VII

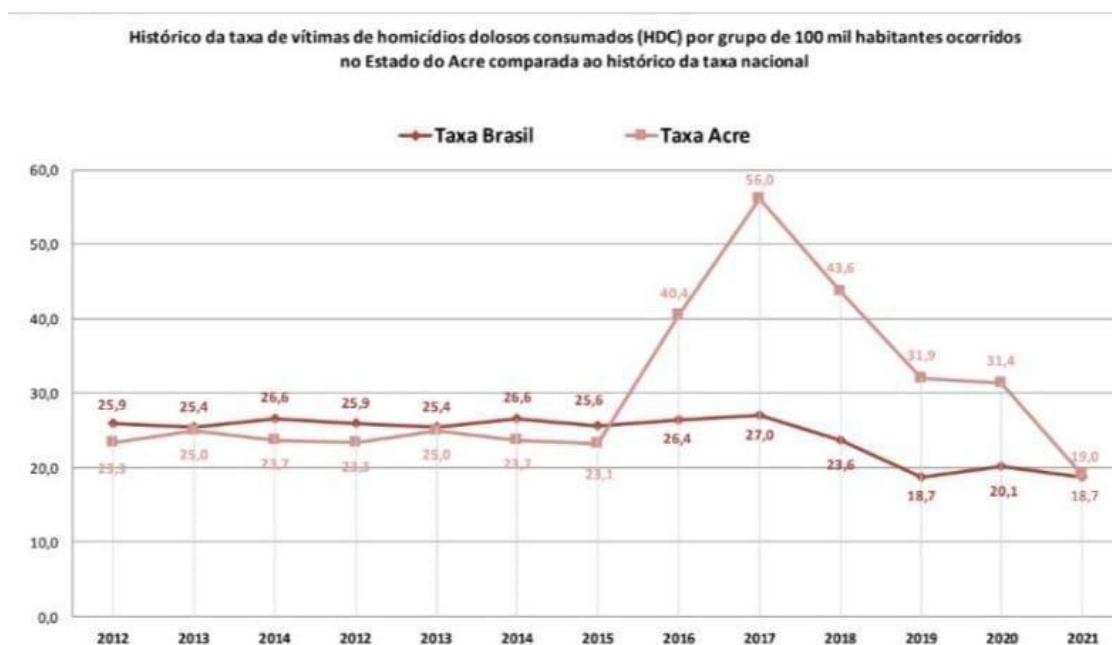
Tabela 1 - Frequência absoluta e relativa de ocorrências de homicídios dolosos consumados (HDC) nos respectivos anos em todo o Estado do Acre - Ministério Público do Acre (2022)

⁴⁹ Posição dos dados em Março/2021

⁵⁰ Posição dos dados em Março/2022

Frequência absoluta e relativa de ocorrências de homicídios dolosos consumados (HDC) nos respectivos anos em todo o Estado do Acre - Por motivação				
MOTIVAÇÕES	2018	2019	2020	2021
DROGA/CONFLITO ORCRIM	273 (72,0%)	168 (59,8%)	158 (56,2%)	55 (32,0%)
INDETERMINADA	31 (8,2%)	42 (14,9%)	37 (13,2%)	52 (30,2%)
BEBEDEIRA/FÚTIL	35 (9,2%)	47 (16,7%)	54 (19,2%)	30 (17,4%)
FEMINICÍDIO	14 (3,7%)	11 (3,9%)	12 (4,3%)	13 (7,6%)
VINGANÇA	12 (3,2%)	1 (0,4%)	2 (0,7%)	8 (4,7%)
PASSIONAL	5 (1,3%)	3 (1,1%)	6 (2,1%)	5 (2,9%)
LEGÍTIMA DEFESA	3 (0,8%)	6 (2,1%)	6 (2,1%)	5 (2,9%)
TORPE	0 (0,0%)	1 (0,4%)	0 (0,0%)	3 (1,7%)
LINCHAMENTO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)
ERRO DE PESSOA	2 (0,5%)	2 (0,7%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
RIXA	1 (0,3%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
TRANSITO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (0,7%)	0 (0,0%)
DISPUTA POR TERRA	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (1,1%)	0 (0,0%)
ESTUPRO	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,4%)	0 (0,0%)
CIUMES	2 (0,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
INFANTICÍDIO	1 (0,3%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Total Geral	379 (100,0%)	281 (100,0%)	281 (100,0%)	172 (100,0%)

Gráfico 1 – Histórico da taxa de vítimas de HDC por grupo de 100 mil habitantes ocorridos no Estado do Acre comparado ao histórico da taxa nacional.



Fonte Acre: Observatório de Análise Criminal/NAT/MPAC.

Fonte Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.